

TERRITÓRIO NEGRO DO ROSÁRIO: EDUCAÇÃO MUSEAL ANTIRRACISTA E AS CIDADES EDUCADORAS NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

BLACK TERRITORY OF ROSÁRIO: ANTI-RACIST MUSEUM EDUCATION AND EDUCATING CITIES IN THE CONTEXT OF CLIMATE CHANGE

Daiane Rossi¹ e Karlla Kamylla Passos²

RESUMO

Este artigo explora a intersecção entre a educação museal antirracista e o direito a cidade, por meio de reflexões a partir do projeto de extensão “Território Negro do Rosário: Preservação do Acervo e Educação Museal Antirracista”, à luz da perspectiva das cidades educadoras e suas implicações contemporâneas. Adota uma abordagem decolonial e dialógica, investigando as relações étnico-raciais e o impacto do racismo estrutural na organização do espaço urbano e de suas mudanças climáticas. Este estudo está inserido no contexto da Rede UNESCO UniTwin - Cidade que Educa e Transforma, articulando o direito à cidade com questões de sustentabilidade, transição ecológica e as pedagogias urbanas emergentes em face das mudanças climáticas. A análise abrange os desafios enfrentados por comunidades negras, destacando como práticas de educação museal podem contribuir para uma cidade plural, reforçando o papel dos espaços urbanos como agentes educadores.

Palavras-chave: Educação museal antirracista; Direito à cidade; Comunidades negras; pedagogias urbanas.

ABSTRACT

This article explores the intersection between anti-racist museum education and the right to the city, through reflections based on the extension project “Território Negro do Rosário: Preserving the Collection and Anti-Racist Museum Education”, in light of the perspective of educating cities and their contemporary implications. It adopts a decolonial and dialogical approach, investigating ethnic-racial relations and the impact of structural racism on the organization of urban space and its climate change. This study is inserted in the context of the UNESCO UniTwin Network - City that Educates and Transforms, articulating the right to the city with issues of sustainability, ecological transition and emerging urban pedagogies in the face of climate change. The analysis covers the challenges faced by black communities, highlighting how museum education practices can contribute to a plural city, reinforcing the role of urban spaces as educational agents.

Keywords: Anti-racist museum education; Right to the city; Black communities; Urban pedagogies

1 Licenciada em História (UFN), Mestre em História (UFSM), Doutora em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). Fez pós-doutorado com bolsa Faperj nota-10 na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Atualmente é professora na Universidade Franciscana (UFN). E-mail: daisrossi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3759-6285>

2 Graduada em Museologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG); doutora em Museologia pela Universidade Lusófona; mestra em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Atualmente é bolsista ADC-CNPq no projeto “Acessibilidade e inclusão nos museus do Instituto Butantan: tecnologia assistiva e formação de equipes”. E-mail: kamylla.passos@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0419-2751>

INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de explorar a intersecção entre a educação museal antirracista e a preservação do acervo histórico do Museu Treze de Maio no Bairro do Rosário, Santa Maria/RS, à luz da perspectiva das cidades educadoras e suas implicações contemporâneas. Abordando o contexto histórico e teórico da educação museal, racismo estrutural e a concepção de cidades educadoras.

Em texto comentando a respeito do processo de gentrificação, ou seja, do fenômeno urbano que expulsa a população do centro habitado e transforma ele em centro de poder e centro comercial, Henri Lefebvre comenta “É verdade, claro, que a cidade perdura, mas apenas como museu e como espetáculo. O urbano, concebido e vivido como uma prática social, está em processo de deterioração e talvez de desaparecimento³” (Lefebvre, 2014, p. 204). Partimos desta reflexão de Lefebvre para pensarmos sobre o bairro do Rosário, território historicamente foi ocupado por comunidades negras de Santa Maria, sobretudo na primeira metade do século XX, abrigando clubes, sociedades e jornais negros da cidade, mas que, atualmente, tem sua memória negra lembrada por poucos, embora resista por meio do museu comunitário Treze de Maio.

Conforme veremos na figura 1, a seguir, das 15 associações negras localizadas pelo Grupo de Estudos sobre pós-Abolição da Universidade Federal de Santa Maria (GEPA) entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, 10 estavam situadas no atual Bairro do Rosário, conforme pode ser identificado através do traçado em vermelho no mapa. Este dado demonstra a representatividade de refletir sobre esse território que abriga o Museu Treze de Maio, ponto chave do projeto de extensão, da Universidade Franciscana, “Território Negro do Rosário: preservação do acervo e educação museal antirracista no Museu Treze de Maio em Santa Maria/RS”. O projeto tem como principal objetivo a preservação do acervo museu, bem como a promoção de ações educativas com enfoque na luta antirracista na cidade, por meio de diversas ações, entre elas as Noites Antirracistas no Museu, que ocorrem duas vezes a cada semestre letivo, envolvendo a comunidade do bairro, da universidade e estudantes da rede estadual de ensino de Santa Maria.

3 Tradução livre de “It is true, of course, that the city endures, but only as museum and as spectacle. The urban, conceived and lived as a social practice, is in the process of deteriorating and perhaps disappearing.”

Figura 1 - Mapa das organizações negras de Santa Maria/RS.



Fonte: Mapa extraído do recurso eletrônico “Organizações Negras de Santa Maria” (Grigio, 2020, p. 14), editado pelas autoras para destacar o Bairro do Rosário.

Neste sentido, o artigo também dialoga com a questão proposta por Lefebvre, a respeito do processo de desaparecimento promovido nas cidades, como um espaço tão significativo para a população negra é hoje restrito às memórias das famílias que ainda resistem e residem ali ou foram expulsas para as periferias da cidade. Propõe-se neste artigo procurar responder como uma cidade pretende ser educadora sem que discuta antirracismo, sem que conheça o território negro do Rosário e de que forma essas questões estão relacionadas aos desafios impostos pela crise climática diante do termo “Direito à cidade”, cunhado por Lefebvre, que pretende colocar em pauta “o direito à vida urbana e o seu potencial para o cultivo do humanismo e da democracia” (Moll; Silva; Corá, 2022, p. 1)

CIDADES EDUCADORAS, RACISMO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Conforme refletido por Moll, Silva e Corá (2022), em 1970 o Relatório Faure introduziu a metáfora das “cidades educativas”, sugerindo uma relação entre a cidade e a educação enquanto

um processo contínuo, que abrange novos territórios, agentes e atores sociais. A partir da Declaração de Barcelona de 1994, também conhecida como Carta das Cidades Educadoras, essa ideia foi aplicada em diversas cidades pelo mundo, estabelecendo princípios e orientações sobre o direito a viver em ambientes urbanos onde a educação é uma ferramenta-chave de desenvolvimento. Esse movimento concebe a “*cidade como um território pedagógico*” (2022, p. 1), que valoriza o uso dos espaços públicos e promove políticas urbanas voltadas ao bem-estar das pessoas, reconhecendo o cuidado com os cidadãos como essencial para a democracia. Assim, as cidades educadoras passaram a representar um novo modelo para se refletir sobre a educação e o papel das cidades na formação dos indivíduos.

Criada em 2022, a Rede UniTwin Unesco, Cidade que educa e transforma, que reúne 14 instituições de Ensino Superior brasileiras, além de uma universidade em Portugal e outra em Guiné Bissau, tem como propósito reunir em um consórcio internacional o debate sobre as cidades educadoras, tendo como princípios a promoção de um sistema integrado de atividades em torno do tema e alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; investigar as práticas de governação e suas respostas aos problemas emergentes das sociedades, sobretudo no que diz respeito a defesa das democracias. Nesse sentido, debatemos aqui na perspectiva da Rede UniTwin como territórios educadores como o Bairro do Rosário promovem práticas de direito à cidade, conectando-se a equidade social e ao debate sobre racismo no Brasil.

De acordo com Edésio Fernandes

a cidade é a dura expressão socioespacial do pacto sociopolítico excludente, segregador, patriarcal, machista e racista historicamente hegemônico - e que se renova, sobretudo, na sobrevivência da estrutura fundiária do país escravocrata, outra expressão profunda do racismo estrutural no Brasil (2023, p. 8).

Aprofundado a discussão sobre a base do racismo estrutural. Joice Berth aponta que “o período escravocrata [...] foi o rascunho de uma nação que seria pautada pelo racismo e outras formas de opressão” (Berth, 2023, p. 16) que, podemos identificar, são praticadas na rotina das cidades, por meio do acesso [ou falta de] à saúde pública, a ônibus, ao lazer, ao ensino formal, entre outros. Portanto, carecemos de entender

A cidade, nosso ambiente físico de convivência coletiva, não só recebe e absorve discursos, mas também produz e espelha - na concepção e divisão dos espaços, em seu desempenho e em seu funcionamento - estruturas sociais e decisões que também são omissões históricas. Assim, é fundamental compreender a cidade também como espaço de consolidação de convicções, ideias, práticas e [...] de articulação das tecnologias de opressões usadas e aprimoradas no decorrer do tempo (Berth, 2023, p. 20 e 21).

Nesse funcionamento, o “direito à cidade se contrapõe ao sistema de opressões e dominação de corpos que a história categorizou como indesejáveis” (Berth, 2023, p. 25). Movimentos que fazem

com que comunidades negras que moravam em um bairro sejam gradativamente e às vezes radicalmente expulsas por causa de fatores como a gentrificação.

Fato que aconteceu com o bairro do Rosário, onde está o Museu Treze de Maio, são recorrentes relatos orais de famílias negras que se viram obrigadas a morar cada vez mais longe, mais afastadas do local para onde migraram desde o fim da escravidão, devido a especulação imobiliária e aumento no valor dos serviços da região. Tal acontecimento pode ser atribuído, entre outras coisas, ao fato de que o bairro hoje é extremamente central, próximo do centro administrativo da cidade e das principais praças e espaços de lazer e comércio, como o Calçadão Salvador Isaia, Praça do Brahma e Praça dos Bombeiros. Também pode ser influenciado pelo crescimento da Universidade Franciscana (UFN), localizada em uma posição estratégica do bairro e que atrai estudantes e docentes para moradia.

Pouco a pouco, ao longo da segunda metade do século XX e anos 2000 foi se apagando as referências que nos permitiriam encontrar a influência negra na concepção e na formação do bairro do Rosário. Por isso a existência e resistência do Museu Treze de Maio se faz tão necessária, para que essa memória não continue sendo apagada. Do mesmo modo a importância da UFN propor projetos de extensão no território que compreende o bairro, contribuindo para reconectar sua história ao espaço urbano, procurando promover o *direito à cidade* naquele espaço, através da interação entre museu, comunidade e escolas da cidade.

Neste debate, torna-se fundamental refletir como o racismo estruturado nas dinâmicas urbanas e a importância de uma educação decolonial que conteste essas estruturas. Sendo assim, destacamos a educação museal decolonial e antirracista, com diversas pesquisas sobre o tema (Tascheto, 2023; Costa, 2023; Passos dos Santos, 2023; Lima e Paim, 2019).

A sociedade brasileira é marcada pelo racismo estrutural e institucional. A autora Grada Kilomba (2020) afirma que o primeiro seria marcado por uma exclusão de pessoas negras de estruturas sociais e políticas, privilegiando “manifestadamente seus *sujeitos brancos*, colocando membros de outros grupos [...] em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes” (2020, p. 77). Já o racismo institucional, é compreendido pela autora como um fenômeno ideológico e institucionalizado, um “padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em sistemas e agendas educativas, mercados de trabalho, justiça criminal” (Kilomba, 2020, p. 77 e 78), onde os *sujeitos brancos* possuem privilégios.

Para a autora Bárbara Pinheiro (2023) ainda não conseguimos trabalhar o antirracismo em suas completude, pois somos uma sociedade estruturalmente racista. Ao que dialoga com Joice Berth (2023), que nos mostra que esta estrutura está diretamente refletida na experiência de cidade vivida por cada pessoa, a depender de seus marcadores de classe, raça, gênero, deficiência, origem e outros. Exemplos cotidianos podem ser elencados através do medo da mulher de andar sozinha a noite e/ou com determinada roupa; de homens negros andarem com nota fiscal de bens materiais para provar que não roubaram e sofrerem batidas policiais constantes; casais homoafetivos que não podem

manifestar afeto em público por risco de violência verbal e física; pessoas com diversas deficiências que não conseguem circular pela cidade por falta do mínimo de acessibilidade, entre outras⁴.

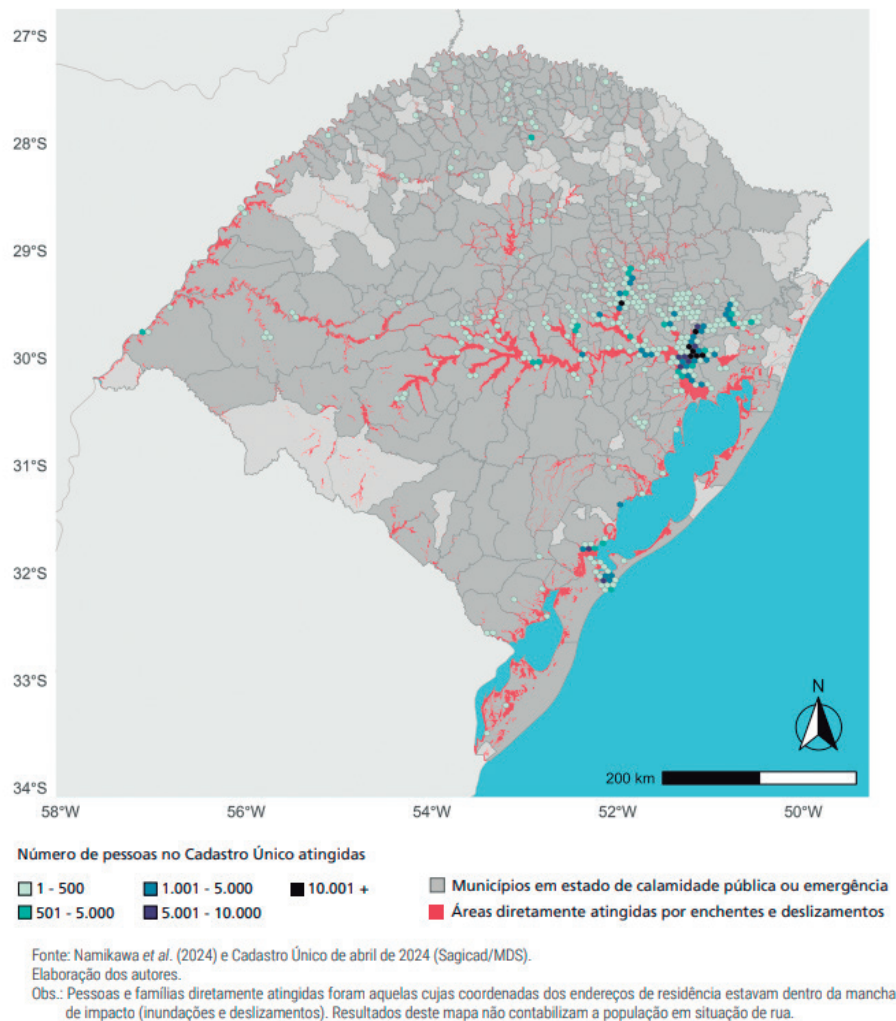
Essas práticas partem da colonialidade do poder que trata da “continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (Grosfoguel, 2008, p. 126). Também na linha do que discutimos sobre racismo, o autor entende que a colonialidade do poder traz a leitura da raça e do racismo como “o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo” (Grosfoguel, 2008, p. 123). Nesse sentido, uma perspectiva decolonial de fato, “fornece novos horizontes utópicos e radicais para o pensamento da libertação humana, em diálogo com a produção de conhecimento” (Ballestrin, 2013, p. 110). Sem romantizar povos oprimidos e explorados, muito menos falar por eles, entendendo que não estão livres de contradições, como criticou a autora.

Outro ponto que merece reflexão é trazer para o debate sobre o *Direito a cidade* dentro do Museu Treze de Maio, por meio de ações antirracistas, a questão da crise climática gerada pelo aquecimento global e como ela reflete diretamente na discussão sobre racismo nas cidades, especificamente sobre racismo ambiental. Esse tema veio à tona recentemente, quando no durante o mês de maio de 2024 o Rio Grande do Sul foi atingido pelas maiores enchentes de sua história, sendo quase 900 mil pessoas atingidas diretamente pelas chuvas e seus efeitos.

De acordo com a nota técnica elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2024) a respeito da estimativa da população atingida pelas enchentes do Rio Grande do Sul em 2024, a mancha de impacto das enchentes e deslizamentos atingiu aproximadamente 16.126 km², alcançando 484 municípios do Rio Grande do Sul”. O mesmo documento aponta para o número de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica que foi atingida diretamente pelos eventos climáticos, o que nos leva a refletir sobre quem são essas pessoas. Em uma das suas visitas ao estado durante as chuvas, o presidente Lula fez uma afirmação que chamou atenção “É impressionante, eu não tinha noção que no Rio Grande do Sul tinha tanta gente negra” ao que foi explicado pela primeira-dama, a socióloga Rosângela Lula da Silva (Janja) “é porque são os mais pobres, é porque moram nos lugares mais arriscados de ser vítima dessas coisas” (SOUZA, 2024). E por que ele fez este comentário, nunca tinha vindo ao estado? Certamente não, mas nunca havia visto situações semelhantes em que a maior parte da população atingida está em situação de vulnerabilidade, como apontou o IPEA e que, sabemos, são pessoas negras - dadas as devidas proporções dentro de um estado em que, segundo o Censo do IBGE de 2022, tem 20% da sua população negra, incluindo pretos e pardos.

4 Ver mais em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mulher-e-agredida-apos-usar-banheiro-feminino-e-ser-confundida-com-trans-em-restaurante/>; e <https://www.youtube.com/watch?v=xjFgFaxYjvg>. Acesso em: 30 set. 2024.

Figura 2 - Distribuição espacial da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica registrada no Cadastro Único diretamente atingida pelos eventos climáticos nos municípios em calamidade ou emergência no Rio Grande do Sul (2024)



Fonte: Relatório IPEA, 2024, p. 8.

Observando a figura 02, identificamos a extensão do território atingido pelas chuvas e destacamos em cada um dos pontos do mapa pessoas em situação de vulnerabilidade registradas pelo CadÚnico, sendo a expressiva maioria.

Esse cenário, associado a fala do presidente Lula fez emergir o debate a respeito do racismo ambiental. A pesquisa “Percepções sobre Racismo no Brasil”, encomendada pelo Projeto SETA (Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista) e pelo Instituto de Referência Negra Peregum junto ao IPEC, mostrou que apenas 24% da população sabe o que é ou já ouviu falar em Racismo Ambiental. E, destaca-se, esta pesquisa foi encomendada em fevereiro, durante outras tragédias climáticas provocadas por fortes chuvas no Rio de Janeiro e em São Paulo durante o verão. O especialista em Justiça Climática, Junior Aleixo, na ActionAid Brasil, uma das organizações que compõem o SETA e atua em prol da justiça social, equidade de gênero e étnico-racial e o fim da pobreza, afirmou naquele contexto:

Embora a conceitualização do tema seja relativamente recente, práticas, políticas e ações relacionadas às questões ambientais que tenham uma ligação direta com a luta por justiça social são fundamentais para compreender o nosso processo histórico. O enfrentamento por justiça social e ambiental é uma luta histórica por igualdade racial, tendo em vista o processo de colonização e escravização de populações negras e indígenas, acompanhado da degradação ambiental (COMO A EDUCAÇÃO..., 2024).

Aleixo nos faz refletir sobre justiça social e ambiental enquanto um processo também de luta por igualdade racial e quando observamos o cenário catastrófico do Rio Grande do Sul durante 2024, associado aos dados sobre quem foram as populações atingidas por ele, esse alerta salta aos nossos olhos, trazendo para o debate dentro do museu, também essas questões, fazendo-nos refletir sobre como pensar uma educação antirracista também consiste em compreender o racismo ambiental e seus impactos em nossa sociedade, de modo a promover pedagogias que fomentem sustentabilidade e justiça ambiental.

O MUSEU COMO ESPAÇO EDUCADOR

Os museus tradicionais são espaços com uma narrativa ‘oficial’ de fatos da história que tentam convencer as pessoas. Já os museus comunitários vêm exercendo o direito de reafirmar quem de fato são, de uma pluralidade maior de pessoas se ver representada. A partir dessa reflexão e das anteriores, é notável a importância do papel do Museu Treze de Maio enquanto agente de educação e direito à memória da cidade.

De acordo com Françoise Vergès, “As desigualdades estruturais de raça, classe e gênero que existem no museu são o reflexo das desigualdades estruturais globais criadas pela escravidão, colonização, capitalismo racial e imperialismo” (Vergès, 2023, p. 12). Como também resumiu a autora

o museu não é um espaço neutro, mas um campo de batalhas ideológicas, políticas e econômicas. O museu universal se vê como um refúgio ou santuário, mas parece muito distante de poder assumir esse papel, porque, para interpretá-lo, teria de reconhecer a parte que desempenhou na maneira como a ordem racista, patriarcal e extrativista do mundo se instituiu, e ter a determinação necessária para se insurgir contra ela. Nesse caso, será que o museu seria ‘indefensável’, no sentido dado por Aimé Césaire quando disse que ‘a Europa é indefensável?’ (Vergès, 2023, p. 13 e 14, grifo nosso).

Para que o museu contribua com a decolonialidade e com cidades educadoras, é preciso refletir sobre o papel da educação nos museus, seu histórico e teorias mais recorrentes. Alguns marcos são: o Conselho Internacional de Museus (ICOM), criado em 1946, bem como o Comitê para a Educação e Ação Cultural (*Committee for Education and Cultural Action - CECA*), que, em 1953, deu-se da fusão de dois comitês voltados à Educação criados em 1948. Este teve sua primeira conferência na Holanda, em 1978. Em 1958, ocorreu no Rio de Janeiro um dos três encontros devotados à discussão sobre a relação entre Educação e museus, promovidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação,

a Ciência e a Cultura (UNESCO). Outro marco relevante de mencionar é a Mesa-Redonda de Santiago, no Chile, e sua influência na Educação em museus. Realizada em 1972, esta refletiu sobre o papel dos museus na América Latina, delineando uma nova prática social, tendo como referência o patrono da educação brasileira Paulo Freire, o educador não conseguiu participar do evento por causa da situação de autoritarismo que assolava toda a América Latina na época. (IBRAM, 2018, p. 17). Desde o final dos anos 1970, o cenário apresentou algumas mudanças como a criação do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), além de novos museus no Brasil e setores educativos em museus já existentes (IBRAM, 2018).

No contexto brasileiro, a criação da divisão de Educação, Seção de Assistência ao Ensino (SAE), em 1927 no Museu Nacional, foi responsável por dialogar diretamente com o público. Na medida em que, lentamente, foram sendo difundidas as noções de comunicação, Educação e divulgação das ciências, os museus assumiram mais claramente uma função educativa e comunicativa com seus públicos (Lopes, 2009).

No decorrer das décadas do último século, a Educação dentro dos museus e suas ramificações foram tendo algumas nomenclaturas diferentes. A Educação Museal foi institucionalizada como política pública no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), a partir da Política Nacional de Educação Museal (PNEM), cujas bases foram lançadas em 2011. Em 2018, foi publicado o Caderno da PNEM com diretrizes para museus e equipes educativas, após um processo intenso de debates coletivos. Em 2024 foi retomada a Política com o intuito de uma revisão que contemplasse mais a diversidade brasileira. Já que, se analisarmos o breve histórico, os debates se concentram na Europa e no Brasil se resumia ao Rio de Janeiro. Com algumas exceções como o I Encontro Nacional de Educação Museal que aconteceu em Cachoeira-BA, em 2023. Mas que em 2024 foi reduzido a uma manhã na programação geral do 8º Fórum Nacional de Museus que vai ocorrer no final do ano. E no caso da Mesa-Redonda de Santiago as reflexões levaram tempo para chegarem ao Brasil, considerando as limitações de comunicação da época. Essa concentração do debate no eixo Rio-São Paulo é refletida nas nomenclaturas e suas reflexões de práticas educativas nos museus brasileiros. Sendo assim, muito do que é baseado na Educação em museus e patrimônio no Brasil, é através de bases sudestinas. Trazemos cada uma delas, de forma resumida:

- “Educação não-formal”, por Martha Marandino et al (2009), que faz referência a uma educação composta por atividades organizadas fora do sistema formal de Educação, mas que possui objetivos de aprendizagem. Marandino é professora na Universidade de São Paulo (USP), antes atuou no Rio de Janeiro;
- “Educação patrimonial”, a partir de Maria de Lourdes Horta, Evelina Grunberg e Adriane Monteiro (1999), é processo sistemático, que capacita as pessoas para melhor usufruto dos bens. É importante considerar a produção de 2014, ‘Educação Patrimonial Histórico, Conceitos e Processos’ (REF), que trouxe um olhar mais reflexivo sobre o termo. De acordo

com Atila Tolentino (2018), esta foi proposta por uma equipe do Museu Imperial-Rio de Janeiro;

- “Educação museal” em sua especificidade seria o “entrelaçamento e na indissociabilidade entre o educativo e o museológico verificados nos processos partilhados com comunidades e, portanto, somente pode se configurar como um campo transversal e complexo no âmbito da Sociomuseologia” (Siqueira, 2019, p. 111). A Educação museal tem uma base forte no Ibram, principalmente a partir da servidora Fernanda Castro que é do Rio de Janeiro e tem diversas publicações sobre o termo. Além do fato de que a primeira vez que o termo surgiu foi em um texto de 2002 de Mario Chagas, professor na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

A Educação museal vem avançando, a PNEM foi uma conquista que não deve ser ignorada. Outra conquista do campo é a Pesquisa nacional de práticas educativas dos museus brasileiros (PEMBrasil) que tem um relatório final com todos os dados (IBRAM, 2023) e livro com reflexões de profissionais do campo (Canedo; Nascimento; Severino; 2024). No entanto, é importante que estejamos atentas à colonialidade interna que opera no Brasil, a partir de Leticia Cesarino (2017, p. 76). Os museus das capitais já estavam na etapa de dar um passo além da estrutura que tem. Mas, quando falamos do Brasil de fato, profundo os setores / núcleos educativos precisam de uma discussão mais ancorada em suas realidades de Educações em museus (bem plural). Nessas realidades diversas e plurais, é fundamental considerar a estruturação de equipes educativas. No entanto, “processos históricos têm envolvido relações de poder de longa duração, a partir das quais certos grupos lograram impor sua própria ideologia e interesses como horizonte hegemônico para o restante da nação” (Cesarino, 2017, p. 77). Toda essa reflexão - que não começa e não acaba aqui - questiona esse poder de longa data e esses processos normalizados. E nos impõe a reflexão sobre o acesso a cultura institucionalizada, a partir de museus em cidades como Santa Maria que tem um número reduzido de museus, se comparado a outras capitais e até algumas cidades de interior como Ouro Preto-MG, por exemplo. A partir disso, reforçamos novamente a importância do Museu Treze de Maio na cidade, bem como suas ações em parceria com a UFN, através do projeto de extensão.

Assim, seguimos trabalhando conceitos de Educação Museal Antirracista no Museu Treze de Maio, por meio da discussão sobre o impacto das ações realizadas, como as “Noites Antirracistas”, na formação de consciência crítica em relação ao racismo estrutural, entre pessoas participantes.

O projeto de extensão “Território Negro do Rosário: preservação do acervo e educação museal antirracista no museu Treze de Maio em Santa Maria/RS”, iniciado formalmente em 2023, financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Extensão da Universidade Franciscana (PROBEX/UFN), tinha como objetivo inicial a higienização, preservação e catalogação do acervo do museu Treze de Maio. Ao longo do último ano, com o projeto acontecendo no Museu, como vamos apresentar a seguir, percebemos que outro objetivo é “levantar o tapete da história para que possamos enxergar,

sem medo, os equívocos e os esquecimentos que formaram distopias perigosas” (Berth, 2023, p. 27). E assim contribuir para uma cidade cada vez mais educadora e de todas as pessoas.

Para contextualizar, trazemos um breve histórico do Museu, localizado no município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, foi anteriormente um Clube Social Negro, inaugurado em 1903, sendo cenário da luta negra do pós-abolição. Construído e mantido por famílias negras, em 2003 o prédio foi transformado em museu comunitário. Diferente de outros museus, este nasce da iniciativa do coletivo, da própria comunidade, para defender sua história e sua identidade, atuando para que essa comunidade afirme de forma física e simbólica sua herança, através de suas próprias formas de organização. O funcionamento do museu se dá a partir da demanda dessa comunidade. O museu foi construído pelas pessoas que estavam interessadas em manter sua identidade e memórias vivas, para mostrar sua realidade.

O trabalho no Museu, a partir do projeto de extensão, se apresentou de forma teórico e prática. Se concentrou em estudos e aprofundamentos em temáticas ligadas ao projeto, por exemplo, a reflexão a respeito dos museus comunitários e da luta antirracista. Estas leituras contribuíram na organização das Noites Antirracistas. O evento ocorre, desde 2021, duas vezes por semestre em parceria com a 8ª Coordenadoria Regional de Educação, do Governo do Estado do RS. O único semestre em que não foi possível realizar atividades foi justamente no I-2024, em função das chuvas no estado.

As Noites Antirracistas, as quais se concentram em oficinas desenvolvidas em disciplinas extensionistas dos cursos de graduação da UFN, preparadas por estudantes de graduação, no espaço do museu, para as escolas públicas estaduais da modalidade EJA (Ensino de Jovens e Adultos), atinge, aproximadamente, 100 alunos por semestre. São elaboradas atividades práticas, visando debater sobre o racismo cotidiano, história do movimento negro e do bairro do Rosário, onde se localiza o museu, além de questões em torno de raça, gênero e classe. O que contribui para um reencontro com o bairro e conseqüentemente com a cidade, a partir desses debates.

As noites antirracistas são um importante exemplo de diálogos e de conscientização possível entre o museu e a comunidade e, a partir de 2024, a temática do racismo ambiental também entrou como pauta de nossas discussões e será objeto de uma das oficinas que ocorrerão no segundo semestre de 2024.

Neste mesmo período, em agosto de 2024, ocorreu no Museu o II Diálogos da Rede UniTwin Unesco Cidades que Educam e Transformam com o tema “Por uma cidade antirracista”. O painel transcorreu com as reflexões a partir dos professores João Heitor Silva Macedo (diretor do Museu) e Karlla Kamylla Passos (museóloga), com mediação de Daiane Rossi (coordenadora do projeto de extensão). A atividade contou com a participação de estudantes professores da UFN, além de pessoas da comunidade do Bairro do Rosário. O debate foi muito rico acerca das possibilidades de uma cidade antirracista de fato a partir das provocações feitas durante o evento e que reverberaram entre as turmas de História da UFN que levaram a reflexão para além da noite no museu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desse texto recuperamos nossa questão central refletindo que uma cidade só será educadora se promover práticas antirracistas em seu território. Demonstramos ao longo do texto como as práticas em torno do Museu Treze de Maio e do Bairro do Rosário estabelecem uma intersecção entre a educação antirracista e o direito à cidade, colocando como desafio a inclusão do debate sobre as mudanças climáticas e o racismo ambiental.

O território do Rosário se apresenta como um potencial pedagógico, um espaço privilegiado para debater o racismo na cidade de Santa Maria/RS e, de modo mais geral, trazer questões sobre como o racismo estrutural afeta a vida das populações negras no nosso país. Além disso, ao trazer para o debate a história do bairro e seu processo de apagamento, também contribuimos para a preservação da memória e resistência das comunidades negras por meio da articulação entre o território, a universidade e as escolas da cidade.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. [s. l.], Revista Brasileira de Ciência Política, p. 89-117, 2013.

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **Além dos meios e mensagens**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: Princípios e diretrizes/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://bit.ly/1RqUEtk> Acesso em: 02 fev. 2011.

CANEDO, Daniele Pereira; NASCIMENTO, Mona; SEVERINO, José Roberto (Organizadoras). **Educação Museal Brasileira: reflexões a partir dos resultados da PEMBrasil**. Salvador: EDUFBA, 2024.

CESARINO, Leticia. Colonialidade Interna, Cultura e Mestiçagem: repensando o conceito de colonialismo interno na antropologia contemporânea. **Ilha**. 2017, v. 19, n. 2, p. 73-105.

COMO A EDUCAÇÃO antirracista contribui para o entendimento do que é Racismo Ambiental. **Portal Geledés**, 12/02/2024. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/como-a-educacao-antirracista-contribui-para-o-entendimento-do-que-e-racismo-ambiental> Acesso em: 20 fev 2024.

COSTA, Regina Maria Martins. **Museus de ciências brasileiros e seus contributos para uma educação em ciências antirracista**. 169 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

CUNNINGHAM, S. The visualization environment for mathematics education. In: ZIMMERMANN, W.; CUNNINGHAM, S. (Eds.). **Visualization in teaching and learning mathematics**. Washington, USA: Mathematical Association of America, 1991. p. 67-76.

FERNANDES, Edésio. Prefácio. In: BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023.

GRIGIO, Ênio (Org.). **Organizações Negras de Santa Maria** [recurso eletrônico]. Santa Maria: GEPA, 2020.

GROSGOUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2008, n. 80, p. 115-147.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Iphan, 1999.

IBRAM. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF: IBRAM. 2018. 132 p. Recuperado de: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf> Acesso em: 06 nov. 2021.

IBRAM. **Pesquisa nacional de práticas educativas dos museus brasileiros**: um panorama a partir da política nacional de educação museal: relatório. Joinville, SC: Casa Aberta Editora e Livraria: Instituto Brasileiro de Museus, 2023.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **876 mil pessoas foram diretamente atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/porta/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15183-876-mil-pessoas-foram-diretamente-atingidas-pelas-enchentes-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 24 set. 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. 1. Ed. Rio de Janeiro: Cobogó. 2020.

LEFEBVRE, Henri. Dissolving City, Planetary Metamorphosis. **Environment and Planning D: Society and Space**, [s. l.], v. 32, n. 2, p. 203-205, 2014.

LIMA, Valdemar de Assis; PAIM, Elison Antonio. Educação museal e educação escolar: diálogos para uma sociedade antirracista. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 51, p. 65-78, 2019.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília, Distrito Federal: UNB. 2009. 369 p.

MACHADO, H. T. **Arquitetura de um sistema de consultas e visualização gráfica da representação do conhecimento contido no PubMed**. 2009. 71p. Dissertação (Mestrado de Nanociências) - Curso de Pós-Graduação em Nanociências, Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2009.

MARANDINO, Martha; BIZERRA, Alessandra Fernandes; NAVAS, Ana Maria; FARES, Djana Contier; STANDERSKI, Lilia; MONACO, Luciana Magalhães; MARTINS, Luciana Conrado; SOUZA, Maria Paula Correia de García; RACHID, Viviane Aparecida. Museu como Lugar de Cidadania. *In*: BRASIL. **Museu e escola: educação formal e não-formal**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009.

MOLL, Jaqueline; SILVA, Marcio Tascheto da; CORÁ, Elsio. Cidades educadoras: o desafio da construção de outro paradigma pedagógico e de gestão em tempos distópicos. **Revista Vagalume**, v. 02, n. 02, p. 1-166, 2022.

PASSOS DOS SANTOS, Karlla Kamylla. **Educação museal e feminismos no Brasil: silenciamentos, estranhamentos e diálogos a partir de um olhar interseccional e decolonial**. 2023. Tese (Doutorado em Museologia) - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Educação e Administração, Lisboa, 2023. Disponível em: <https://recil.ulusofona.pt/items/738628f6-5cc2-42b7-b410-4fb8e6a1dda1>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo, SP: Planeta, 2023.

SOUZA, Renata. Lula diz não ter “noção que tinha tanta gente negra no Rio Grande do Sul”. **Portal CNN Brasil**, 15/05/2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-diz-nao-ter-no-cao-que-tinha-tanta-gente-negra-no-rio-grande-do-sul/> Acesso em: 15 jun. 2024.

TASCHETO, Marcio. Território negro do Rosário: a cidade como currículo e heterotopia educativa. In: SILVA, Rodrigo Manoel Dias Da (org.). **Pedagogicidades: educação, culturas e territórios urbanos**. 1. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. Disponível em: https://pedrojoaoeditores.com.br/2022/wp-content/uploads/2023/03/EBOOK_Pedagogicidades.pdf. Acesso em: 24 ago. 2024.

SIQUEIRA, Juliana. **A Educação Museal na Perspectiva da Sociomuseologia**: Proposta para uma Cartografia de um Campo em Formação. Tese. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Instituto de Educação. Lisboa. 2019.

SWAROWSKY, A. et al. Linking Subsurface Lateral Flowpath Activity with Streamflow Characteristics in a Semiarid Headwater Catchment. **Soil Science Society of America Journal**, v. 76, n. 2, p. 532-547, 2012.

TOLENTINO, Atila. Educação Patrimonial Decolonial: Perspectivas e Entraves nas Práticas de Patrimonialização Federal. **Sillogés**, 2018- v.1, n.1, - ISSN 2595-4830.

VERGÈS, Françoise. **Programa de desordem absoluta: Decolonizar o museu**. tradução: Mariana Echalar. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2023.